

Ofício n.º 098 /2014/PR/GB

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Ao Senhor
Ney Maranhão
Secretário de Recursos Hídricos e Meio Urbano
Ministério do Meio Ambiente
SEPN 505 – Lote 02, Bloco B – Ed Marie Prendi Cruz, Sala T 20
70730-542 – BRASÍLIA – DF

Assunto: **Contratação da elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Rio Parnaíba.**

Senhor Secretário,

Conforme acordado em reunião realizada em 6/11/2013, encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 015/2014, contendo a proposta de contratação, pela Codevasf, da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Parnaíba bem como proposta de composição de Instância de Acompanhamento, prevista na Resolução nº 145/2012, para apreciação pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH.

Atenciosamente,



ELMO VAZ BASTOS DE MATOS
Presidente

NOTA TÉCNICA Nº 15/2014**ORIGEM:** AR/GSA/UCF - CODEVASF/MI**REFERÊNCIA:** Processo nº 59500.002008/2011-83**OBJETIVOS:**

- I. Subsidiar o encaminhamento ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH da proposta de Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Parnaíba pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Mearim e Itaipicuru - Codevasf;
- II. Apresentar proposta de composição de INSTÂNCIA ESPECÍFICA DE ACOMPANHAMENTO visando atender previsão da Resolução nº 145/2012 do CNRH, para acompanhar a elaboração do referido plano de recursos hídricos.

1. ANTECEDENTES

O Termo de Referências elaborado pela CODEVASF, destinado a contratação de serviços de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, foi apresentado à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), dia 06/11/2013, para conhecimento e orientações de procedimentos à sua submissão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), para aprovação. A reunião, solicitada pela CODEVASF, foi coordenada pelo Senhor Secretário Adjunto Marcelo Jorge Medeiros¹.

Como encaminhamentos da referida reunião, ficou definido que a Codevasf enviaria à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recurso Hídricos-CTPNRH, do CNRH, documento apresentando a proposta e as justificativas para elaboração do PRH da Bacia do Parnaíba, bem como uma proposta de constituição da instância de acompanhamento prevista no art. 5 da resolução nº 145/2012 do CNRH.

2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA²**2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

A Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba é considerada como uma das principais e mais importantes bacias da região Nordeste do Brasil, limitando-se ao sul com a Bacia do rio São Francisco, a oeste com a Bacia do rio Itaipicuru e a leste com as Bacias dos rios Jaguaribe-Acaraú. É importante destacar que ela constitui a Região Hidrográfica do Parnaíba, em sua

¹ Participaram da referida reunião, os senhores:

Athadeu Ferreira da Silva - Assessor da Presidência - Codevasf

Antônio José da Silva Neto - Analista em Desenvolvimento Regional - Codevasf

Marcelo Jorge Medeiros - Secretário Adjunto de Recursos Hídricos/MMA

Franklin de Paula Junior - Gerente de Projetos/SRHU/MMA

² Foi tomado como referência, principalmente, o Caderno da Região Hidrográfica do Parnaíba, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e os Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil dos anos de 2009 e 2012, ambos elaborados pela ANA.

totalidade, que é uma das doze regiões hidrográficas brasileiras, conforme Resolução CNRH nº 32, de 15/10/2003, que instituiu a Divisão Hidrográfica Nacional.

A Bacia abrange os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, com uma área de drenagem total de 325.834,80 km², distribuída entre os estados - Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição da área de drenagem por estado integrante da Região Hidrográfica do Parnaíba

Estado	Área do Estado pertencente à Bacia do Parnaíba (Km ²)	%
Ceará	16.317,49	5,0
Maranhão	64.493,70	19,8
Piauí	245.023,61	75,2
Total	325.834,80	100

Fonte: Adaptado de Codevasf, 2012.

Quanto às divisões instituídas na bacia, para fins de gestão, o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH (2005) divide a Região Hidrográfica do Parnaíba em três grandes Sub-bacias de nível 1: Alto Parnaíba, Médio Parnaíba e Baixo Parnaíba, sendo essas subdivididas, ainda, em sete Sub-bacias de nível 2, delimitadas conforme a importância de seus rios principais e características ambientais (Quadro 2).

Quadro 2 - Divisão utilizada pelo PNRH para Região Hidrográfica do Parnaíba

Sub-bacias (PNRH)		Rio Principal
Sub 1	Sub 2	
Alto Parnaíba	Parnaíba 01	Balsas
	Parnaíba 02	Alto Parnaíba
	Parnaíba 03	Gurguéia
	Parnaíba 04	Itaueiras
Médio Parnaíba	Parnaíba 05	Piauí/Canindé
	Parnaíba 06	Poti/Parnaíba
Baixo Parnaíba	Parnaíba 07	Longá/Parnaíba

Fonte: Adaptado do Caderno da Região Hidrográfica do Parnaíba, 2006

Dentre as sub-bacias inseridas na Bacia do Parnaíba, destacam-se as constituídas pelo Rio Balsas (5% da área total da bacia), no Maranhão, e as dos rios Uruçuí-Preto (4,7%), Gurguéia (9,9%), Longá (8,6%), Poti (16,1%) e Canindé (26,2%), no Piauí. Sendo que, a sub-bacia do Rio Poti possui nascente no estado do Ceará, mas a maioria de sua extensão está situada no Estado do Piauí.

Na Figura 1 é apresentado o mapa esquemático da Bacia Hidrográfica do Parnaíba com suas principais sub-bacias, bem como a localização das Superintendências Regionais da Codevasf.

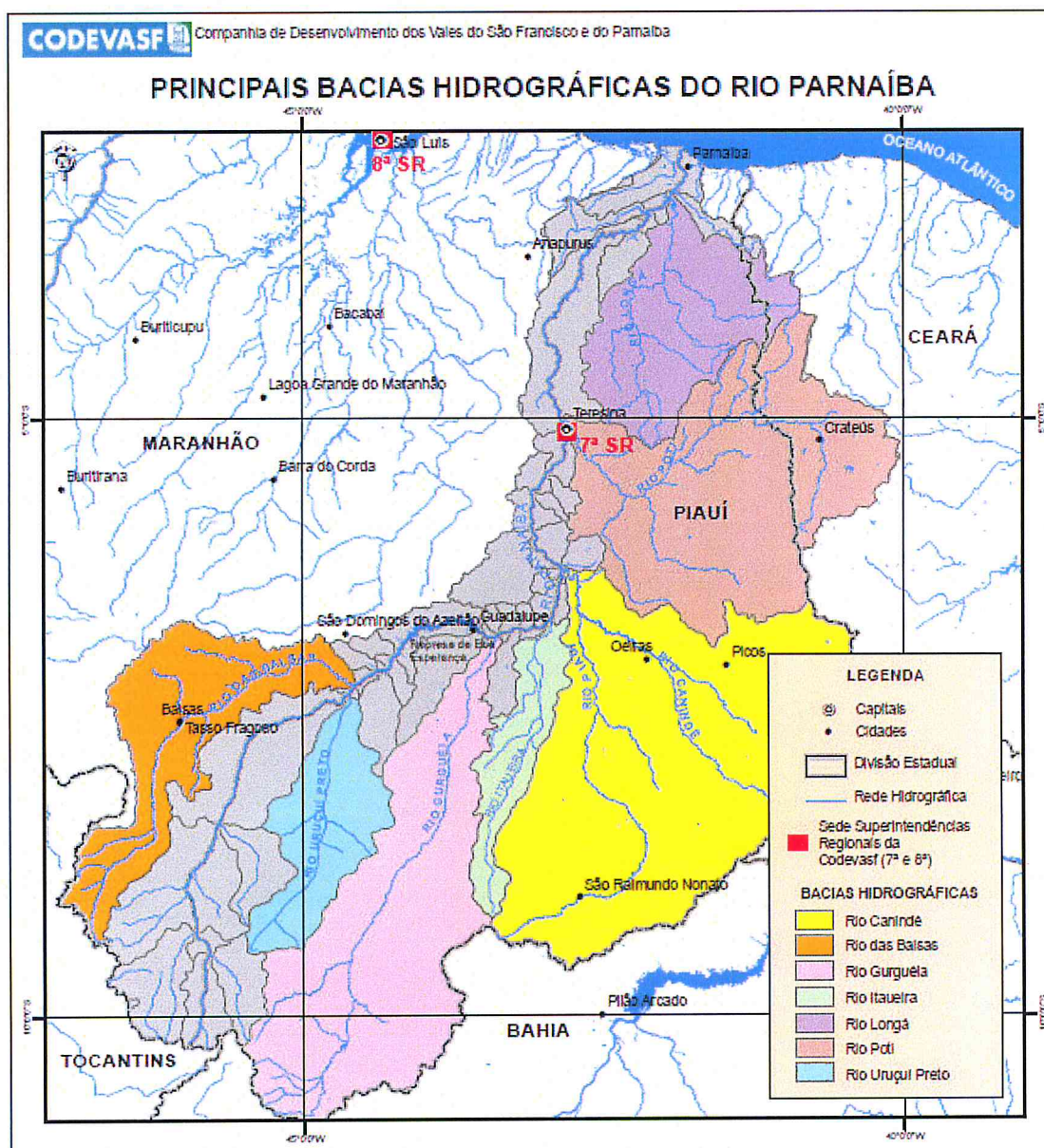


Figura 1 – Mapa esquemático da Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba

2.2. SOCIOECONOMIA

As principais atividades econômicas da Bacia do Parnaíba estão ligadas à agropecuária, com maior destaque para a agricultura de sequeiro (soja, arroz, feijão, milho, caju, algodão, cana-de-açúcar). A agricultura irrigada ainda não é significativa, apesar do grande potencial para a fruticultura (manga, coco, maracujá e banana). Quanto à pecuária, as atividades relevantes são a bovinocultura, a caprinocultura e a avicultura. A aquicultura concentra-se principalmente na região do Delta e a carcinicultura encontra-se em expansão. Entretanto, ainda não existe pesca comercial na Bacia.

O setor secundário é ainda pouco expressivo, com destaque para a agroindústria de açúcar, álcool e couro. Algumas cidades possuem zonas industriais em fase de expansão, como Teresina, Floriano, Parnaíba e Picos, no Piauí, e Balsas, no Maranhão.

Com relação ao setor terciário, é o que apresenta maior significância nos dois Estados, Piauí e Maranhão, que possuem um maior percentual de áreas inseridas na Bacia do Parnaíba,

onde mais de 60% da população economicamente ativa encontra-se no setor informal da economia.

2.3. DEMOGRAFIA

A população total da Bacia Hidrográfica do Parnaíba é de cerca de 4,8 milhões de habitantes e sua população urbana representa 65% desse total. A densidade populacional média da Bacia é baixa, de 12,5 hab./km², próximo à metade da brasileira.

Com relação aos municípios que compõem a Bacia do Parnaíba, dos 224 municípios do Estado do Piauí, 223 possuem seus territórios totalmente ou parcialmente inseridos na Bacia, o que corresponde a 99% da área do Estado. Dentre os principais centros urbanos do Estado do Piauí pertencentes à Bacia, pode-se citar: Teresina, com mais de 814 mil habitantes (cerca de 26% da população do Estado); Parnaíba, com 145 mil; Picos, com 73 mil; Piripiri com 61 mil; e Floriano com 57 mil. Quanto aos demais, há predominância de cidades com menos de 20 mil habitantes (IBGE, 2010).

No Estado do Maranhão, composto por 217 municípios, 37 municípios fazem parte da Bacia do Parnaíba. Os mais populosos são os Municípios de Balsas, com 83 mil habitantes, Timon, com 155 mil habitantes e Caxias, com 155 mil habitantes (IBGE, 2010).

O Estado do Ceará é formado por 184 municípios, dos quais 20 municípios estão inseridos na Bacia, sendo que os mais populosos são Crateús, com 72 mil habitantes, e Tianguá, com 68 mil habitantes (IBGE, 2010).

Uma característica marcante na região do Parnaíba é que a concentração populacional encontra-se nas áreas litorâneas, principalmente no centro sub-regional do município de Parnaíba. Entretanto, essa região possui a única capital fora da área litorânea no Nordeste, a cidade de Teresina, às margens do rio Parnaíba, que é o município de maior contingente populacional da Bacia do Parnaíba.

2.4. DISPONIBILIDADE HÍDRICA

O regime hidrológico dos rios desta bacia é regulado pela estação das chuvas, com duas estações bem definidas: chuvosa, de janeiro/fevereiro a maio/junho, e seca, de maio/junho a dezembro. As precipitações variam, em geral, de sudeste para nordeste, entre 600 a 1.800 mm/ano e a temperatura média varia entre 24 a 38° C, em geral entre o inverno e o verão. A precipitação média anual da bacia, levando em conta a série histórica de 1961-2007, é de 1.064 mm, abaixo da média nacional que é de 1.761 mm.

A insolação média da bacia é de aproximadamente 3.000 horas de sol/ano e a evapotranspiração anual média é de cerca de 1.500 mm/ano, entretanto, em virtude da distribuição irregular das precipitações na Bacia, com valores baixos de umidade relativa do ar e altos valores de evapotranspiração, a região é caracterizada pelo *déficit* hídrico em diversas localidades. Dessa forma, observam-se quantidades mínimas de água no solo no período de estiagem, enquanto que no período úmido, apresentam-se valores superiores a 80 mm de água, demonstrando a influência da sazonalidade das precipitações na Bacia e das altas taxas de evapotranspiração.

Esse panorama, envolvendo o déficit hídrico, aliado ao manejo do solo e a remoção da cobertura vegetal na região, influencia diretamente para que parte da Bacia seja sujeita à

desertificação. Desse modo, a Bacia Hidrográfica do Parnaíba está quase totalmente enquadrada como suscetível à desertificação, predominantemente nas regiões Semi-áridas e Sub-úmidas Secas, cujo bioma é o da Caatinga, com exceção de alguns Municípios da Sub-bacia Parnaíba 01 (Balsas) e Parnaíba 02 (Alto Parnaíba).

2.4.1. Disponibilidade Hídrica Superficial

Os resultados globais de disponibilidade hídrica superficial, aqui apresentados, são baseados nos Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil (2009 e 2012), elaborados pela ANA, em que são considerados os indicadores: vazão média natural de longo período; vazão com permanência de 95% (Q95); e Disponibilidade hídrica superficial.

A disponibilidade hídrica de águas superficiais foi considerada como sendo a vazão regularizada pelo sistema de reservatórios com 100% de garantia, somada à vazão incremental de estiagem (vazão com permanência de 95%, no trecho não regularizado). Em rios sem regularização, portanto, a disponibilidade foi considerada como apenas a vazão de estiagem com permanência de 95%. Dessa forma, esses resultados globais de disponibilidade hídrica para a Bacia do Parnaíba podem ser observados no Quadro 3.

Quadro 3 – Vazão média, disponibilidade hídrica e vazão de estiagem

Região Hidrográfica	Vazão média (m³/s)	Disponibilidade hídrica (m³/s)	Estiagem – Q95 (m³/s)
Parnaíba	767	379	294

Fonte: Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, 2009

Ainda sobre a disponibilidade hídrica superficial, uma das práticas implementadas para garantir a oferta de água na região Nordeste, e na Bacia do Parnaíba especificamente, é a construção de reservatórios artificiais que atuam de forma a armazenar água para os períodos de estiagem, além de regularizar as vazões dos corpos d'água na região (que possui muitos rios intermitentes), tornando-os perenes. Assim, os reservatórios na Bacia do Parnaíba desempenham relevante papel na gestão de recursos hídricos pela capacidade de estocar e atender a diversos usos da água, sejam eles consuntivos ou não consuntivos.

Assim, o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2012, elaborado pela ANA, traz um levantamento do volume armazenado na Bacia do Parnaíba e também o volume *per capita* na Bacia, cujos resultados desse levantamento podem ser observados no Quadro 4.

Quadro 4 – Capacidade de armazenamento, população total e capacidade *per capita* por região hidrográfica (RH)

Região Hidrográfica	Capacidade de armazenamento (hm³)*	População Total em 2010**	Capacidade <i>per capita</i> (m³/hab.ano)
Parnaíba	7.453	4.152.865	1.795

Fonte: Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2012

* Reservatórios dos aproveitamentos do setor elétrico; açudes da Região Nordeste com capacidade superior a 10 hm³; demais reservatórios que operam como manancial para abastecimento de regiões metropolitanas.

** IBGE/Censo Demográfico (2010).

Como pode ser observado acima, a disponibilidade hídrica *per capita* da Bacia do Parnaíba é de 1.795 m³/hab.ano, o que caracteriza uma situação ligeiramente confortável, haja vista o quadro 5, que mostra a classificação adota pela UNESCO quanto à disponibilidade hídrica *per capita*.

Quadro 5 – Classificação da disponibilidade hídrica *per capita*, de acordo com a UNESCO

Disponibilidade hídrica por habitante (m ³ /hab.ano)	Situação
Menos de 500 m ³ /hab.ano	Escassez
De 500 a 1.700 m ³ /hab.ano	Estresse
Mais de 1.700 m ³ /hab.ano	Confortável

2.4.2. Disponibilidade Hídrica Subterrânea

O contexto geológico da maior parte da Região Hidrográfica do Parnaíba é representado pela bacia sedimentar do Parnaíba que é a principal da região do nordeste brasileiro, sendo caracterizada por possuir rochas com alta capacidade de armazenamento de água.

A disponibilidade de águas subterrâneas de alguns dos principais sistemas aquíferos da bacia é apresentada no Quadro 6, assim como o tipo de aquífero (poroso, fraturado, fraturado-cárstico; livre ou confinado), a espessura média, a área de recarga e a precipitação média sobre ela.

Quadro 6 – Disponibilidade de águas subterrâneas nos principais sistemas aquíferos da bacia do Parnaíba

Sistema Aquífero	Tipo ¹	Região Hidrográfica dominante	Área de recarga (km ²)	Espessura média (m)	Precipitação (mm/ano)	Reserva (m ³ /s)	
						Renovável	Explotável ²
Itapecuru	P, L	Tocantins/ Araguaia/Parnaíba	204.979	100	1.836	1.074,0	214,8
Corda	P, L, C		35.266	160	1.371	46,0	9,2
Motuca	P, L		10.717	-	1.470	15,0	3,0
Poti-Piauí	P, L, C		117.012	400	1.342	650,0	130,0
Cabeças	P, L, C		34.318	300	1.104	36,0	7,2
Serra Grande	P, L, C		30.450	500	943	63,5	12,7
Urucuia-Areado	P, L	São Francisco/Tocantins-	144.086	300	1.294	1.182,0	236,4
BambuÍ	CF	Araguaia/Parnaíba	181.868	-	1.165	201,5	40,3

Fonte: Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, 2009

1: P: Poroso; L: Livre; C: Confinado; F: Fraturado; CF: Cárstico-fraturado.

2: 20% das reservas renováveis.

-: Dados insuficientes.

Com relação à existência de poços para exploração desses sistemas aquíferos na bacia, observa-se uma marcante exploração para diversos fins, principalmente para o abastecimento humano.

A alternância de camadas permeáveis e menos permeáveis, com mergulhos dirigidos para o interior da bacia, condiciona a ocorrência de águas livres, sob pressão e artesianas, o que permite uma exploração através de poços tubulares, geralmente de menos de 100 a 250m de

profundidade e vazões na faixa de 5 a 50m³/h³. Alguns poços profundos (até 1.000m em certas áreas) fornecem maiores vazões. Entretanto, com a profundidade e em direção ao interior da bacia, ocorre uma salinização progressiva das águas subterrâneas.

Existem, ainda, segundo cadastros efetuados pela CPRM, mais de 23 mil poços tubulares profundos, sendo que a maior concentração desses poços se encontra na porção oriental da Região Hidrográfica do Parnaíba, principalmente nos Aquíferos Serra Grande e Cabeças, no Semi-árido.

2.5. DEMANDAS DOS USOS CONSUNTIVOS

Segundo informações contidas no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil (ANA, 2012), em relação aos usos consuntivos, verifica-se na Bacia, o predomínio do uso para irrigação em detrimento dos outros usos dos recursos hídricos disponíveis. A irrigação detém cerca de 73% da demanda da bacia, estimada em 50,8 m³/s de vazão de retirada, levando em conta o ano de referência de 2010. Um dos motivos para esse alto valor decorre do fato da agricultura irrigada ter sido adotada como estratégia de desenvolvimento regional, pelo governo federal, através do DNOCS e Codevasf, e, também, pelo governo estadual do Piauí, que ocupa a maior parte da Bacia do Parnaíba.

Com relação aos demais usos, nota-se que o abastecimento urbano é o uso com a segunda maior demanda na bacia, apresentando 16% do montante estimado para a bacia. Os usos animal, industrial e abastecimento rural possuem reduzidos valores de demanda, conforme pode ser visto no Quadro 7.

Quadro 7 – Valores das demandas consuntivas na Região Hidrográfica do Parnaíba segundo os diferentes tipos de uso (m³/s) – ano de referência 2010

Vazão de Retirada por tipo de uso (m ³ /s)					
Animal	Industrial	Rural	Urbano	Irrigação	Total
2,6	1,5	1,3	8	37,4	50,8

Fonte: Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, 2012

2.6. QUALIDADE DAS ÁGUAS NA BACIA

O teor de oxigênio dissolvido na água é um indicador da sua qualidade, tanto para o uso doméstico quanto para a preservação da diversidade aquática. Na Região Hidrográfica do Parnaíba existem 33 estações de medição de oxigênio dissolvido operadas pela Agência Nacional de Águas – ANA. A análise de dados coletados indica teores aceitáveis de OD em quase toda a região, conforme Resolução Conama n.º 357, de 17 de março de 2005, que define 5mg/L de O₂ para águas de classe 2 (MMA, 2006).

Outro parâmetro indicativo da poluição por esgotos domésticos é a carga de DBO_{5,20} (oxigênio consumido na degradação da matéria orgânica, a uma temperatura média de 20°C, durante 5 dias). No Quadro 8 pode-se observar valores de carga de DBO para as Sub-bacias do Parnaíba.

³ No semiárido nordestino brasileiro, onde predominam terrenos cristalinos, a produtividade dos poços apresenta vazões muito baixas (comumente inferiores a 3 m³/h) e a água possui elevada salinidade, em muitas pequenas comunidades, esses poços constituem a única fonte de abastecimento disponível (PNRH, 2006).

Quadro 8 – Valores de DBO_{5,20} para as Sub-bacias do Parnaíba

Sub 1	Sub 2	Área (km²)	População (2000)	Q ₉₅ (m³/s)	Carga (t DBO/dia)	Carga (mg/L)
Alto Parnaíba	Parnaíba 01	25.590	118.966	65,29	4,62	0,819
	Parnaíba 02	59.032	130.021	150,61	3,11	0,239
	Parnaíba 03	52.297	238.687	16,68	4,62	3,200
	Parnaíba 04	14.726	102.862	4,70	3,70	9,110
Médio Parnaíba	Parnaíba 05	75.193	627.517	23,98	14,83	7,100
	Parnaíba 06	62.143	1.715.876	19,20	72,54	43,700
Baixo Parnaíba	Parnaíba 07	42.821	1.053.171	13,66	30,77	26,070

Fonte: Base de dados PNRH (2005)

Observa-se que os maiores valores ocorrem nas Sub-bacias que drenam regiões semi-áridas, ou seja, Sub-bacias Parnaíba 05 (Piauí/Canindé), Parnaíba 06 (Poti/Parnaíba) e Parnaíba 07 (Longá/Parnaíba), as quais apresentam baixas vazões de estiagem e Sub-bacias com os maiores contingentes populacionais, como as Sub-bacias Parnaíba 06 (Poti/Parnaíba), onde se localiza o Município de Teresina, o mais populoso da Região Hidrográfica, e Parnaíba 07 (Longá/Parnaíba) onde está localizado o Município de Parnaíba, segundo maior em população.

2.7. BALANÇO DEMANDA VERSUS DISPONIBILIDADE

De acordo com o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil (ANA, 2009), que traz uma avaliação do grau de stress hídrico quantitativo nas doze regiões hidrográficas brasileiras, a Bacia do Rio Parnaíba apresenta uma situação onde mais de 50% dos seus trechos mapeados encontram-se na classe “Excelente” e cerca de 25% na classe “Confortável”, conforme pode ser visto na Figura 2.

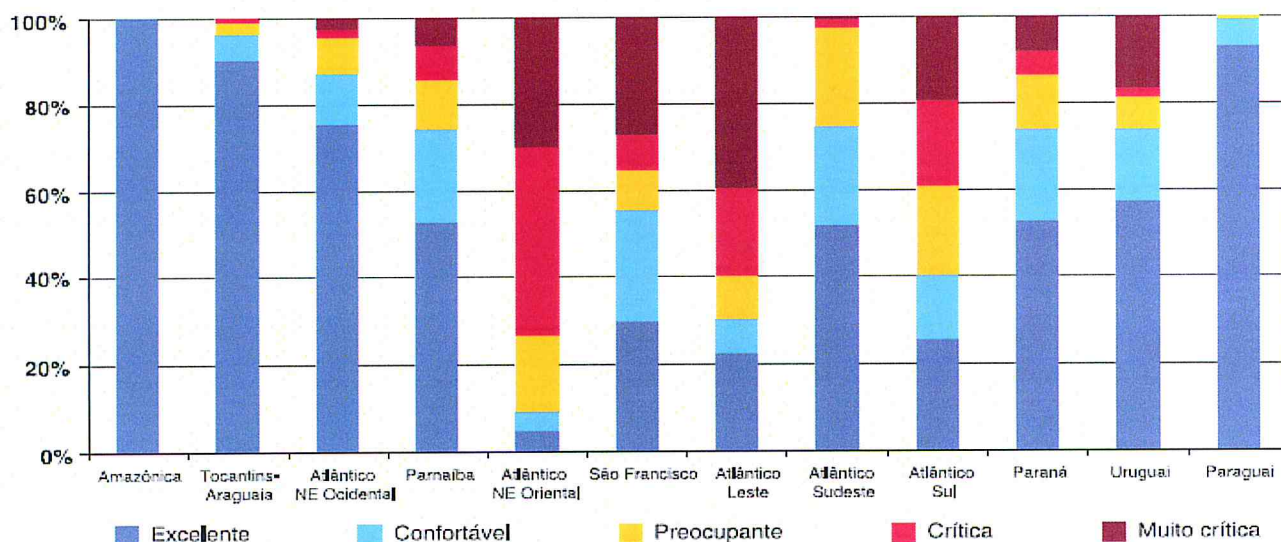


Figura 2 – Distribuição percentual da situação da relação demanda/disponibilidade das 12 regiões hidrográficas brasileiras (Fonte: Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, 2009).

2.8. ARRANJO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA

O arranjo institucional voltado diretamente para a gestão dos recursos hídricos, atualmente existente na Bacia Hidrográfica do Parnaíba, compreende:

- ✓ O Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- ✓ Os Conselhos de Recursos Hídricos dos estados do Piauí, Maranhão e Ceará;
- ✓ O Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Canindé e Piauí, no Estado do Piauí;
- ✓ A Comissão Interinstitucional Pró Comitê da Bacia do Parnaíba;
- ✓ A Agência Nacional de Águas;
- ✓ A Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR/PI;
- ✓ A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão – SEMA/MA;
- ✓ A Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH/CE;

Destaca-se ainda a existência de outros órgãos e entidades intervenientes ou com influência na gestão dos recursos hídricos da Bacia do Parnaíba, como a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU), a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), a Superintendência de Obras Hidráulicas do Ceará (SOHIDRA), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), dentre outros.

3. HISTÓRICO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARNAÍBA

3.1. INÍCIO DOS TRABALHOS DO PRH-PARNAÍBA – EXERCÍCIO 2007-2010

Os trabalhos voltados à elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Parnaíba tiveram início em 2006, têm como marco inicial, reunião realizada entre Codevasf e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Piauí - SEMAR, em 18/08/2006, em Teresina-PI. Na oportunidade, fora discutido, dentre outros assuntos, a criação do Comitê da Bacia e a autorização dada pelo governo federal para implantação do Programa de Revitalização da Bacia do Parnaíba, que passou a demandar a existência de um Plano de Recursos Hídricos da Bacia para disciplinar as intervenções que seriam implementadas na região.

Dando continuidade ao processo, em 29/08/2006, foi realizada reunião entre a Codevasf e a Agência Nacional de Águas – ANA, na sede da ANA em Brasília/DF. Na ocasião, foram discutidas as estratégias de execução e as formas de participação da ANA e da Codevasf no processo de elaboração do PRH-Parnaíba, tendo em vista as competências legais da Agência para o assunto.

Participaram dessa reunião, representando a ANA, o Sr. José Machado (Diretor-Presidente), Sr. Horácio da Silva Figueiredo Jr. (Chefe de Gabinete) e João Gilberto Lotufo Conejo (Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos), e pela Codevasf, Sr. Luiz Carlos Everton de Farias (Presidente), Sr.

Jonas Paulo Neres de Oliveira (Diretor da Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas) e Sr. Athadeu Ferreira da Silva (Assessor Técnico da Presidência).

Como encaminhamento da referida reunião ficou acordado que deveriam ser confeccionados, em um primeiro momento, os Termos de Referência para elaboração do PRH-Parnaíba e o Plano de Ações Imediatas para a Bacia do Parnaíba - PAI-BH Parnaíba, que serviria de base para propor ações de saneamento e recuperação hidro ambiental (revitalização da bacia), enquanto o PRH-Parnaíba ainda não estivesse completamente elaborado.

Definiu-se também que deveria ser constituído um Grupo Técnico de Trabalho composto por atores representativos da sociedade da Bacia do Parnaíba (poder público, usuários e sociedade civil organizada), com vistas a contribuir com a elaboração do TDR e do PRH-Parnaíba. Ficou acordado, ainda, que, em um segundo momento, a partir das diretrizes do TDR, deveria ser elaborado o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Dessa forma, em **19/09/2006**, foi realizada reunião no auditório da SEMAR, em Teresina-PI, intitulada “*Reunião de Lançamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Parnaíba e a Formação do Grupo Técnico de Trabalho (GTT)*”, com o objetivo de apresentar oficialmente a proposta aos representantes do Poder Público, dos usuários e da sociedade civil organizada dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, sinalizados para a composição do Grupo Técnico.

Participaram dessa reunião: Membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Piauí – CONSEMA e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Piauí – CERH; os senhores Dalton Melo Macambira, Secretário de Estado da SEMAR, Luis Carlos Everton de Farias, Presidente da Codevasf, Jonas Paulo de Oliveira Neres, Diretor da Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Codevasf, José Machado, Diretor Presidente da ANA, João Gilberto Lotufo, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, José Medeiros de Noronha, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA, e a Sra. Rita de Fátima Teixeira M. e Souza, Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual do Piauí, dentre outras autoridades.

Nessa oportunidade, foram indicados os representantes para compor os Grupos Técnicos para a elaboração do PRH-Parnaíba, sendo divididos em um Grupo Técnico de Coordenação – GTC, composto por ANA/MMA, Codevasf/MI, SEMAR/PI, SRH/CE e SEMA/MA e um Grupo Técnico de Acompanhamento – GTA, composto por representantes do Poder Público Estadual e Municipal, dos usuários e da sociedade civil organizada, pertencentes aos três estados banhados pela Bacia do rio Parnaíba.

Com o objetivo de legitimar as propostas e intenções apresentadas, estas foram submetidas à aprovação pelos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, em evento realizado no dia 28/02/2007, no palácio Karnak (Sede do Governo do Piauí, em Teresina), em cerimônia coordenada pelo Sr. Governador anfitrião, Wellington Dias. Participaram também do evento o então Ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, o presidente da Codevasf à época, Sr. Luiz Carlos Everton de Farias, o governador do Maranhão, o Sr. Jakson Lago e representante do estado do Ceará.

As tratativas apresentadas acima culminaram na celebração do Convênio nº 0.07.06.0057/00, em 25/01/2007, entre Codevasf e a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (FUNDECC), tendo como órgão executor a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e como interveniente a Agência Nacional de Águas (ANA), visando elaborar os Termos de Referência para o PRH-Parnaíba e o PAI-BH Parnaíba.

Visando um melhor acompanhamento técnico desse processo foi firmado, em 25/02/2007, o Acordo de Cooperação Técnica nº 0.93.07.0002/00, entre Codevasf e ANA, com a interveniência dos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, por intermédio de seus órgãos gestores de recursos hídricos. Esse Acordo tinha as seguintes metas:

- Criação do Grupo Coordenador do PRH-Parnaíba;
- Criação do Grupo Técnico de Acompanhamento do PRH-Parnaíba;
- Elaboração dos Termos de Referência do Plano;
- Elaboração do Plano de Ações Imediatas para a Bacia do Parnaíba; e
- Elaboração do PRH-Parnaíba.

Devido a problemas administrativos ocorridos no processo - inadimplência da interveniente ANA junto ao CADIN - e, a consequente impossibilidade de se realizar o aditivo de prorrogação de prazo do convênio, houve o encerramento prematuro do mesmo, antes da conclusão de todos os produtos previstos. O encerramento desse processo deu-se no decorrer do exercício fiscal de 2010 e não foi possível alocar outro orçamento para o trabalho.

3.2. RETOMADA DOS TRABALHOS VISANDO A ELABORAÇÃO DO PRH-PARNAÍBA – EXERCÍCIO 2011-2014

Ante a importância e necessidade da elaboração do PRH - Parnaíba, a Codevasf retomou sua atuação visando à concretização da proposta. Paralelamente, em função da involução dos trabalhos iniciados em 2006, *a elaboração do PRH-Parnaíba passou ser objeto de questionamentos à Codevasf pelo Ministério Público Federal - MP, tendo em vista determinação do órgão para que os investimentos da Companhia, no Vale do Parnaíba, fossem disciplinados por instrumentos legais, a exemplo do Plano de Recursos Hídricos*, assim como acontece na bacia do rio São Francisco (Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do São Francisco).

O MP classificou a demanda de elaboração do PRH-Parnaíba com o status de prioritária. Assim, no PAC II, referente ao exercício fiscal de 2011-2014 (PAC/CODEVASF/MI/PRBHSF/Parnaíba 2011-2014), foi aprovado novo orçamento para retomar os trabalhos, ficando a cargo da Codevasf cumprir os compromissos acordados e descritos, bem como cumprir a determinação do MP.

Nesse sentido, em **08/11/2011**, foi realizada reunião na ANA, em Brasília-DF, visando discutir e buscar apoio técnico da ANA quanto à retomada dos trabalhos referentes ao PRH-Parnaíba e do Plano de Ações Imediatas para a Bacia do Parnaíba. Ao final da reunião definiram-se os seguintes encaminhamentos:

- 1) *A Codevasf deveria retomar os trabalhos de elaboração do Plano de Recursos Hídricos, por meio da elaboração do Termo de Referência com finalidade de contratar consultoria para a elaboração do PRH-Parnaíba;*
- 2) *A Codevasf deverá emitir documento ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos demonstrando a necessidade de elaboração do PRH-Parnaíba, de modo a exigir do Conselho um direcionamento para elaboração de planos em bacias que ainda não possuam comitês formados;*
- 3) *Quanto ao PAI-BH Parnaíba, que independe da existência de comitê de bacia, sugeriu-se que o mesmo mantenha a característica de um “manual” de implementação de ações de revitalização e conservação da bacia;*
- 4) *A ANA forneceria todo o apoio necessário à elaboração do PRH-Parnaíba desde que se definam previamente os limites de participação da referida Agência nesse processo.*

Participaram dessa reunião, os senhores: Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares (Superintendente Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA), Roberto Carneiro de Moraes (Especialista em Recursos Hídricos da ANA/SPR), Athadeu Ferreira da Silva (Assessor Técnico da Codevasf/AR) e analistas da Codevasf.

Em decorrência das tratativas acima expostas, em **08/12/2011**, por meio da Decisão nº 1552, da Presidência da Codevasf, foi constituído Grupo Técnico de Trabalho - GTT para elaborar os Termos de Referência para contratação do PRH-Parnaíba e elaborar o PAI-BH Parnaíba. O referido GTT é composto por Analistas da Codevasf, e caracterizado por uma multidisciplinariedade de formações profissionais, conforme requerido pela diversidade temática exigida para o trabalho de planejamento de bacias hidrográficas.

3.3. ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO PARNAÍBA PELO GTT-PARNAÍBA DA CODEVASF

A elaboração do TDR para contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Parnaíba pelo GTT designado pela Codevasf se deu a partir da realização de diversas reuniões técnicas entre seus membros, contando, também, com a participação de atores externos (MMA/SRHU, ANA/SPR, CHESF, DNIT, IPHAN, UNB, etc.) para subsidiar a elaboração do documento - TDR-PRH-Parnaíba.

Conforme elencando no Quadro 9, foram realizadas diversas reuniões entre os membros do GTT e, desses com representantes de instituições diretamente responsáveis pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, sobretudo a Agência Nacional de Águas - ANA.

Por fim, cabe ressaltar que foram utilizados diversos documentos técnicos para elaboração do TDR - Parnaíba, tendo como principais subsídios os termos de referência utilizados para contratação da elaboração dos Planos de Recurso Hídricos das Bacias do rio Parnaíba e do rio Prianhas-Açu, ambos produzidos pela ANA.

Quadro 9 – Cronologia resumida das reuniões realizadas pelo GTT-Parnaíba/Codevasf com vistas à elaboração do TDR - Parnaíba.

Data/Período	Local	Instituições participantes
16/12/2011	Sede da Codevasf – Brasília/DF	Membros do GTT da Codevasf.
31/01 a 01/02/2012	Sede da Codevasf – Brasília/DF	Membros do GTT da Codevasf e SRHU/MMA (Sr. Franklin de Paula Júnior e Sra. Adriana Lustosa da Costa)
17/04 a 19/04/2012	Sede da Codevasf – Brasília/DF	Membros do GTT da Codevasf, IPHAN (Sr. ^a Rita de Cássia Miranda e Sr. ^a Gildete de Albuquerque Cavalcanti), CHESF (Sr. Mair Melo de Andrade), DNIT (Sr. Paulo Roberto Coelho de Godoy) e UNB (Prof. Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto).
04/10/2012	MMA - SEPN 505 - Lote 02 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz - Brasília/DF	Membros do Pró-CBH Parnaíba, MMA (Diretor Substituto do DRH/SRHU/MMA, Sr. Júlio Thadeu Silva Kettelhut), ANA (Diretor-Presidente da ANA, Sr. Vicente Andreu Guillo e o Superintendente Adjunto da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA, Sr. Victor Alexandre Bittencourt Sucupira) e Codevasf (membros do GTT - Sr. Athadeu Ferreira da Silva e Sr. Cássio Araujo de Oliveira Rodrigues).
04/09 a 06/09/2012; 10/09 a 11/09/2012; e 11/10/2012	Sede da Codevasf – Brasília/DF	Membros do GTT da Codevasf.
17/01/2013	ANA - SIA trecho 3/4, lote 370 - Prédio SOTREQ	Membros do GTT da Codevasf, Sr. Cássio Araujo de Oliveira Rodrigues, Sr. Antônio José da Silva Neto e Sr. Márcio Adalberto Andrade, e o Gerente de Planos de Recursos Hídricos da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, Sr. José Luiz Gomes Zoby.
04/02/2013	ANA - SIA trecho 3/4, lote 370 - Prédio SOTREQ.	Membros do GTT da Codevasf, Sr. Athadeu Ferreira da Silva, Sr. Cássio Araujo de Oliveira Rodrigues e Sr. Márcio Adalberto Andrade, o Gerente de Planos de Recursos Hídricos da ANA/SPR, Sr. José Luiz Gomes Zoby e o Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, Sr. Ney Maranhão.
29/04/2013	Sede da Codevasf – Brasília/DF	Membros do GTT da Codevasf.
02/09/2013	Sede da Codevasf – Brasília/DF	Membros do GTT da Codevasf.

Sociedade Civil	Organizações Não Governamentais	Indicação do CONERH – PIAUÍ/SEMAR	21
		Indicação do CONERH – CE	22
		Fórum Carajás – MA	23
	Organizações Técnicas de Ensino e de Pesquisa	EMBRAPA Meio Norte - PI	24
		CREA –MA	25
		Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí – AEAPI	26
	Comitês de Bacias Hidrográficas	CBH Sertões de Crateús - CE	27
		Indicação do CNRH ou do Fórum Nacional de CBHs	28

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, depreende-se ser oportuna e conveniente a contratação da elaboração do Plano de Recurso Hídricos da Bacia do rio Parnaíba pela Codevasf, a partir do Termo de Referencias já elaborado pela Companhia;

Desse modo, sugerimos o encaminhamento do presente documento à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano-SRHU/MMA, com vistas à apreciação da proposta pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos-CTPNRH e posterior envio da mesma para deliberação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, bem como para manifestação quanto à proposta de composição de Instância de Acompanhamento ora apresentada.

Responsáveis pelas informações:

Brasília/DF, 17 de fevereiro de 2014



IGOR SORIANO DE SOUZA SANTOS

Gerência de Empreendimentos Sócio-Ambientais

Gerente

CODEVASF/MI



ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA NETO

Analista em Desenvolvimento Regional

AR/GSA/UCF

CODEVASF/MI